



O jornalismo declaratório e a objetividade jornalística

Rafael Paes Henriques¹.

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Resumo: Este artigo quer indicar que o que se pretende com – e o que se espera de – notícias sobre as declarações do presidente da República, frente à pandemia do Covid-19, depende diretamente do que se entende como sendo a objetividade jornalística, devido à centralidade dessa noção para a atividade de produção de notícias. Para cumprir com essa tarefa, vamos apresentar e discutir filosoficamente duas diferentes maneiras de se compreender esse conceito, para, em um segundo momento, avaliar como cada uma dessas respostas para o problema da adequação da realidade primária, à realidade midiática, pode explicar as escolhas realizadas pelos jornalistas na cobertura de declarações de autoridades públicas. Concluímos que tanto o *intersubjetivismo* como a *dialética* não oferecem justificativa conceitual para a ausência de vozes que contradigam as falácias do presidente, na mesma unidade informativa.

Palavras-chave: Teorias do Jornalismo; Objetividade Jornalística; Groth; Genro Filho.

1. Introdução

Um mês depois do registro do primeiro caso de Covid-19 no Brasil, a página do jornal O Globo postou uma notícia que informava sobre declarações do presidente Jair Bolsonaro aos jornalistas, na chegada ao Palácio da Alvorada. Publicada no dia 26/03/2020, no qual os Estados Unidos da América se tornaram o novo epicentro mundial da pandemia, a notícia apresentou um resumo das principais assertivas do chefe do executivo durante a conversa que manteve com os jornalistas.

¹ Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pós-Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: rafaelpaesh@gmail.com

Destacamos apenas duas: Bolsonaro afirmou que a situação no Brasil não chegaria ao mesmo ponto que a estadunidense porque “o brasileiro tem que ser estudado. Ele não pega nada. Você vê o cara pulando em esgoto ali, sai, mergulha, tá certo? E não acontece nada com ele” (MURAKAWA, 2020). O presidente também reconheceu que ocorreriam mais mortes no Brasil por causa da pandemia, mas, para o chefe do executivo, “a maneira como a doença foi tratada pela imprensa e parte da classe política foi exagerada. – Foi demais, previram uma catástrofe com milhares de mortes - disse. – Alguns governadores e prefeitos exageraram na dose, fechando tudo” (MURAKAWA, 2020).

Também foi notícia, na mesma página, algumas horas mais tarde, o argumento usado por Jair Bolsonaro para justificar o decreto presidencial, recém-publicado, que passou a considerar as casas lotéricas como atividade essencial. Segundo o presidente, não havia risco de transmissão da doença, nesse tipo de estabelecimento, porque o vidro é blindado: “Pelo amor de Deus, fechar casa lotérica... Inclusive, o cara que trabalha na lotérica tem um vidro blindado. Não vai passar o vírus ali. O vidro é blindado, não vai passar, ele trabalha no lado de cá” (GULINO, 2020). A ideia do decreto era impedir que prefeitos e governadores pudessem determinar o fechamento desta atividade.

Desde a iminência da chegada da pandemia no Brasil, no início do ano de 2020, declarações do presidente, com a mesma natureza, já haviam sido notícia em outras ocasiões quando, por exemplo, Jair Bolsonaro comparou a doença causada pelo novo coronavírus a uma pequena gripe ou resfriado; quando, em inúmeras vezes, criticou a cobertura da imprensa sobre a evolução da doença, taxando-a de histórica, exagerada e até mesmo fantasiosa; ou quando garantiu que, se pegasse o Covid-19, não apresentaria complicações de saúde, devido ao seu histórico de atleta.

Chamamos a atenção para o fato de que, apesar de flagrantemente contrárias ao que indicavam as autoridades de saúde de todo o planeta, e em pleno desacordo com reconhecidos resultados de investigações científicas precedentes, nos dois exemplos, as declarações de Bolsonaro foram transcritas sem que qualquer contraponto fosse apresentado na mesma unidade informativa. Não se fez uso de nenhuma outra fonte: seja documental, seja outra autoridade ou especialista, mesmo que, no teor da declaração, a realidade tenha sido manifestamente ignorada. Nenhuma análise ou interpretação das afir-

mativas foram incluídas nos relatos, que foram apresentados, ao menos no noticiário factual, de modo direto e sintético, sem problematizações ou contextualizações.

É claro que essas são somente duas notícias, publicadas em apenas um veículo jornalístico, em um único dia. Este artigo tem caráter ensaístico, e não propõe a realização de um levantamento sistemático, com a construção de uma amostra estatisticamente representativa, para analisar a completa cobertura de *O Globo* sobre as declarações de Bolsonaro frente à pandemia. Em vez disso, queremos apontar que as duas notícias são um exemplo agudo de um modo recorrente de se fazer a cobertura factual de temas importantes, cujas escolhas, por sua vez, são o resultado de certa compreensão do que é a objetividade jornalística, justamente devido à centralidade dessa noção para a atividade de produção de informação.

Desse modo, nosso objetivo aqui é indicar que o que se pretende com – e o que se espera de – notícias sobre as declarações do presidente da República, frente à pandemia de Covid-19, depende diretamente de uma questão conceitual de fundo. Para cumprir com essa tarefa, vamos apresentar e discutir filosoficamente duas diferentes maneiras de se compreender esse conceito, para, em um segundo momento, avaliar como cada uma dessas respostas para o problema da adequação da realidade primária, à realidade midiática, pode explicar as escolhas realizadas pelos jornalistas nesse tipo de cobertura.

Para uma determinada interpretação do que vem a ser objetividade jornalística, esse tipo de notícia deve apenas dar conta, de modo correto, das verbalizações de uma autoridade. Se o jornalismo é o registro do que acontece, cumpriu-se plenamente com essa função ao se reportar e se publicar, com exatidão, o que disse Bolsonaro. Nesse horizonte, o jornalismo não teria por obrigação verificar o teor de todas as declarações, mas deveria guardar como missão a transcrição rigorosa do que se disse. Com efeito, ser objetivo é verificar se a autoridade efetivamente disse aquilo que se atribui a ela, e descrever com fidelidade e precisão, de preferência por meio do uso de aspas judiciosas (TUCHMAN, 1999), a fala do presidente. Mas essa não é a única forma de se compreender a objetividade jornalística. Vejamos os principais argumentos de outras duas visões do problema, na tentativa de entender as escolhas realizadas pelos jornalistas nesse tipo de cobertura: o *intersubjetivismo* e a *dialética*.

2. Groth e a busca pela objetividade possível

Um dos pioneiros no esforço acadêmico de estabelecer os fundamentos para estudos específicos em jornalismo, Otto Groth (2011) [entre 1961 e 1966, no original] deixa claro que a natureza da atividade é incompatível com a aspiração de “oferecer uma imagem de espelho fiel e completa do universo em natureza, sociedade e cultura” (GROTH, 2011, p. 254). Entretanto, o autor afirma, ao mesmo tempo, que a fonte da atividade jornalística são os fatos e que “[...] [a reportagem] deve se esforçar sempre em investigar e oferecer os fatos corretamente e de forma tão completa quanto for necessário para a compreensão de um ser ou acontecer e para a demanda de seu público” (GROTH, 2011, p. 377).

Isso quer dizer que, apesar de reconhecer que o jornalismo nunca alcança efetivamente a objetividade, o pesquisador ainda localiza na realidade factual, independente de interpretação subjetiva, o ideal ético-profissional de todo jornalista. Mesmo que a revelação completa dos fatos, em todas as suas dimensões, seja uma tarefa impossível de ser plenamente realizada, o jornalista deve ser preciso o bastante para que, desse modo, possa se aproximar, o máximo possível, daquilo que é a origem de toda a verdade: a realidade objetiva.

O autor chega a essa conclusão mesmo depois de uma ampla argumentação sobre a alta carga de subjetividade que a atividade jornalística comporta. Para Groth, a objetividade nela mesma é uma meta inviável por diversos fatores: em primeiro lugar, o noticiário é sempre um recorte arbitrário da realidade. Uma quantidade enorme de temas e acontecimentos importantes da vida sociocultural nem mesmo aparece no noticiário ou, quando aparece, é apenas brevemente objeto de atenção da imprensa.

Além disso, o pesquisador destaca que todo o processo de produção jornalística, desde o seu planejamento até a sua recepção, é permeado por circunstâncias subjetivas, que condicionam ou podem até mesmo adulterar o relato produzido e a própria compreensão dos produtos jornalísticos. “[...] a percepção e a reprodução adequada à realidade dos fatos que lhe são ‘dados’ não são possíveis à mente humana” (GROTH, 2011, p. 369). Segundo o Groth, essa barreira ao conhecimento objetivo valeria não somente para o jornalista, como também para o cientista ou qualquer que seja o sujeito cognos-

cente, visto que, de um lado, a própria realidade já possui uma constituição ambígua podendo ser experimentada de diversas perspectivas e, de outro, nossas vivências dependem de processamento e transformações operados pelo sujeito.

Além dessas condicionantes de ordem pessoal, o autor indica que algumas limitações estruturais da atividade jornalística também são um entrave para o alegado conhecimento objetivo do jornalismo, uma vez que influenciam a percepção dos profissionais da notícia. Groth explica que a própria profissão de jornalista, com seus métodos, modos de procedimento e exigências, acaba por também macular, de alguma forma, a busca pelos fatos, orientando a apreensão da realidade pelo sujeito. “A formação que o repórter recebe do exercício contínuo em noções, regras e execuções forma e preenche o seu produto em muitos aspectos, independentemente da realidade” (GROTH, 2011, p. 376). Com efeito, até mesmo o olhar do jornalista é guiado pela profissão com suas crenças e valores, que sempre destacam, por exemplo, os aspectos sensacionais, extraordinários e a atualidade de qualquer que seja o acontecimento.

O decisivo para o autor é que o próprio olhar do jornalista está sempre condicionado ao que interessa ao público:

[...] nunca se esqueça de que a imprensa periódica é um espelho que só mostra sempre um recorte subjetivo da realidade, determinado pelo público, e que só pode oferecê-lo em uma determinada perspectiva, que ele é ‘cego’ em muitos pontos e apresenta o que é visível nele de forma pouco segura e distorcida (GROTH, 2011, p. 212).

Com essa objeção de caráter essencial, o pesquisador quer indicar que, se quisermos insistir na metáfora do espelho para descrever a operação de mediação realizada pelo jornalismo, precisamos reconhecer que a imagem produzida nunca é plenamente objetiva, já que o relato será sempre limitado a algumas perspectivas determinadas, inclusive, pelo público para o qual o produto jornalístico se destina. Como nem todos os aspectos e perspectivas dos fenômenos são igualmente de interesse dos leitores, os jornalistas tendem a desvalorizar, minimizar ou nem mesmo enxergar horizontes de interpretação em desacordo com aspirações e predileções desses leitores. Dessa maneira, podemos concluir que, em Groth, o resultado da operação realizada pelo jornalismo carregará sempre algum grau de desvio, alteração e distorção.

Mesmo reconhecendo que a totalidade dos fatos é algo inacessível, visto que a atividade jornalística em certa medida sempre comporta alguma dose de desconformidade com relação à realidade, Groth não abandona a objetividade como meta, ou ideal a ser perseguido pelos jornalistas. Para o pesquisador, apesar de todas as condicionantes, a objetividade segue sendo um requisito básico da atividade jornalística, uma espécie de obrigação ético-profissional resultante da tarefa básica do jornalismo de fazer a mediação entre os fatos e o público. É que mesmo que se admita que a sua realização seja efetivada sempre em diferentes graus, a depender de uma série de fatores, sem a busca pela pureza factual, o jornalismo perderia sua função.

Por isso me parece ser uma tarefa importante da teoria e da ética periodística averiguar a possibilidade de um noticiário jornalístico (relativamente) objetivo, verdadeiro e verídico que a essência do periódico exige, apesar do reconhecimento de suas limitações, e recomendar ao jornalismo o compromisso de cultivá-la por motivos jornalísticos e éticos, ao invés de justificar e sancionar, e ainda “cientificamente”, o mau uso do serviço jornalístico de notícias por meio de teses débeis e furtivas (GROTH, 2011, p. 379).

Em outras palavras: “[...] um conteúdo puramente factual de uma notícia é um ideal, uma reivindicação que não pode ser satisfeita já por causa da imperfeição humana e da ambiguidade dos fatos” (GROTH, 2011, p. 439), mas isso não livra o jornalista da obrigação de se esforçar para retratar a realidade com o máximo de fidelidade possível. É assim que Groth se localiza entre os autores que identificam a separação entre sujeito e objeto como solo ontológico fundamental da existência. Em sua argumentação fica clara a ideia de que, quando o jornalista entra em contato com os acontecimentos, os fatos já possuem uma determinação prévia, que independe da interpretação do profissional da notícia. A subjetividade do jornalista, ao contrário, é caracterizada como um entrave que pode subordinar e até mesmo atrapalhar a apreensão da realidade alterando a sua natureza primeira. Em mais de uma passagem, o pesquisador até admite que a objetividade tenha uma constituição ambígua, mas essa imprecisão seria um atributo dos próprios fenômenos e não uma qualidade acrescentada posteriormente no processo de conhecimento. Para o autor, se a objetividade é a fonte de toda verdade, ela deve continuar sendo perseguida, mesmo que o resultado seja sempre relativo, isto é, por aproximação. O jornalista nunca conseguirá apreender a verdade em sua totalidade, ou seja, a objetividade nela mesma:

Mas não é por isso que a exigência da verdade está suspensa para o jornalismo. Ela “também é uma exigência ‘objetiva’ para os jornalistas fundamentada na tarefa do periódico”... “Mediar a verdade, tão longe quanto possa ser vista no presente, é e permanece essencialmente a tarefa do periódico” (GROTH, 2011, p. 376).

Groth não aponta claramente quais seriam os melhores caminhos e procedimentos para que se possa investigar e apresentar os fatos o mais corretamente possível, pois concentra a investigação nas limitações que impedem que o relato seja plenamente objetivo. Numa rápida passagem, o autor cita George Simmel para indicar que, no caso da História, a comparação com outras determinações da realidade para o mesmo fenômeno é uma metodologia capaz de reduzir as interferências do sujeito no relato.

Só por meio do reavivamento contínuo, da complementação por meio de analogias, da classificação segundo conceitos surgem as fileiras uniformes da ‘história’. Como se sabe, nem mesmo a descrição de uma conglomeração na rua por testemunhas surge de outra maneira (GROTH, 2011, p. 369-370).

Com isso, Groth parece querer indicar que é preciso não somente uma ação ativa do sujeito na construção do conhecimento certo e seguro como também é necessário por à prova o resultado de suas apreensões, verificando e confirmando se outras subjetividades também chegaram às mesmas conclusões. Sendo assim, comparar os acontecimentos relatados com outros da mesma natureza; atualizar as ocorrências de modo a dar conta das suas possíveis alterações; submeter os fatos aos conceitos e classificações que procuram descrever as principais características de certos fenômenos; averiguar se outras pessoas também encontram os mesmos resultados (intersubjetividade) seriam caminhos para se aproximar o máximo possível da objetividade.

Em revisão bibliográfica publicada por nós anteriormente (HENRIQUES, 2019b), o intersubjetivismo foi o modo de compreensão do que é objetividade jornalística com o maior número de autores, entre eles: Franciscato (2005); Gomes (2009); Groth (2011); Guerra (2008) e Sponholz (2009).

Vamos apresentar a partir de agora, os principais argumentos da dialética, que subsidia outra perspectiva possível para o problema da objetividade.

3. A dialética e as limitações da objetividade como referência

No horizonte da *dialética*, o fundamento da experiência não reside na separação entre sujeito e objeto, mas na relação entre esses dois termos. Isso quer dizer que, ao invés de instâncias autônomas e independentes, sujeito e objeto se co-determinam mutuamente, sendo o resultado de certa relação circunscrita histórico e socialmente. É verdade que os elementos a partir dos quais os fatos são construídos não dependem do sujeito para existir, mas a percepção e a apreensão dos fenômenos são inseparáveis de escolhas e recortes subjetivos no fluxo contínuo da objetividade. Para além da percepção social do fato, só existe a indeterminação de uma infinidade de aspectos, ângulos, características, perspectivas e dados objetivos potencialmente combináveis. Com isso, não se quer afirmar que a objetividade é uma invenção arbitrária do sujeito, mas que ela é uma fonte concreta e vasta de significações possíveis que precisam sempre ser determinadas subjetivamente pelo jornalista ou por qualquer que seja o sujeito cognoscente.

Para essa compreensão ontológica, o que chamamos de fato é algo cuja natureza é limitada objetivamente, visto que o jornalista não pode criar livremente um sentido, isto é, não tem o direito de determinar aleatoriamente o fenômeno. Mas, por outro lado, nesse horizonte, os significados dos eventos com os quais nos relacionamos não estão prontos e acabados, não são anteriores à experiência ou autossuficientes: não é correto afirmar a existência de fatos independentes de sujeitos. Em vez disso, os fatos jornalísticos são o resultado de uma interpretação da realidade, delimitada pela objetividade, mas operada subjetivamente pelos jornalistas a partir de parâmetros que a instituição jornalística entende serem adequados. A objetividade, como fluxo infinito, é, em certa medida, indeterminável e os fatos jornalísticos são construídos a partir de recortes realizados de acordo com diretrizes ao mesmo tempo objetivas e subjetivas.

Sendo assim, nessa perspectiva, é possível conhecer a realidade, mas isso significa pôr em operação uma atividade que revela, mas ao mesmo tempo, interpreta o mundo com a qual nos relacionamos. Conhecer é revelar o real porque, para o resultado ser verdadeiro, o sujeito deve sempre obedecer a elementos que são objetivos. Porém, até como condição necessária para a própria percepção e apreensão dos fenômenos, o sujeito também precisa, obrigatoriamente, interpretar a realidade ao selecionar e destacar alguns aspectos objetivos em detrimento de outros, ou ao contextualizar os acontecimen-

tos e estabelecer possíveis conexões entre as ocorrências: nexos de causa, efeito, anterioridade, concorrência, sucessão, etc.

Nessa perspectiva, a objetividade deixa de ser um parâmetro preciso para se avaliar a verdade do conhecimento efetivado, já que, apesar de ser a âncora de toda a realidade, ela precisa necessariamente ser significada pelos sujeitos. Enquanto fluxo contínuo indeterminável, a objetividade nem pode ser alcançada, nem deve permanecer como meta ou utopia da atividade jornalística. O que se quer apontar com essa crítica ao paradigma da objetividade é que a realidade anterior e independente de relação com qualquer que seja o sujeito cognoscente é a pura indefinição e, por isso, exigir a apreensão ou uma aproximação disso que é inexprimível é insistir em um erro de origem.

Para essa compreensão, a objetividade jornalística, como meta final, passa a ser um equívoco que precisa ser superado, de modo que o método jornalístico mais adequado é aquele que respeita os limites objetivos ao mesmo tempo em que dá transparência aos valores e parâmetros utilizados para o recorte subjetivo que é realizado na objetividade. Isso porque são esses critérios que, em alguma medida, “produzem” a realidade que experimentamos.

O material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independentemente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social dessa objetividade, ou seja, na significação dessa objetividade pelos sujeitos (GENRO FILHO, 2012, p. 195).

Os jornalistas revelam, mas também produzem os fatos desde o momento em que o percebem como fato de interesse jornalístico. A sua apreensão não é uma etapa separada e anterior a sua interpretação, pois já é guiada e orientada por uma leitura possível dos eventos. A partir do fluxo objetivo da realidade, os jornalistas recortam e produzem os fatos, determinando sua natureza, selecionando e hierarquizando seus inúmeros enfoques, e estabelecendo as conexões entre diversos acontecimentos: definindo aqueles que são paralelos, conflitantes, concorrentes, sucessivos, etc.

Para Genro Filho (2012) [1987, no original], como não realizam a adequada e necessária discussão teórica, muitos estudos em jornalismo até concordam que a totalidade da objetividade é algo de natureza inalcançável, mas ficam presos a esse paradigma ao propor que o jornalismo deve continuar perseguindo a objetividade possível, por

aproximação, não superando o que Genro Filho chama de “simplismo da ideologia do jornalismo burguês” (GENRO FILHO, 2012, p. 193). Nesse sentido, quanto mais distante da opinião ou interpretação do jornalista, mais verdadeiro e confiável seria o relato jornalístico.

O problema apontado pelo autor é que ao seguir o caminho “irresistível” da objetividade como meta, o jornalismo acaba reproduzindo o senso comum e significando os fatos de maneira conservadora. “Não há dúvida de que a chamada ‘objetividade jornalística’ esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas” (GENRO FILHO, 2012, p. 197). Com isso, Genro Filho quer indicar que por trás da intenção de “deixar os fatos falarem por si mesmos”, de procurar “retirar toda a opinião” do sujeito ou de se evitar a subjetividade o máximo possível, reside um equívoco que dificulta uma postura crítica e contestadora do jornalista, que deveria sempre desconfiar da obviedade com que a objetividade é determinada socialmente.

Isso quer dizer que, para Genro Filho, o paradigma da objetividade defende a ideia de que os fatos são uma realidade em si mesma, que é, portanto, independente e anterior a qualquer relação com o sujeito. Exatamente por isso, é essa determinação essencial da realidade que deveria ser revelada pelos jornalistas seja porque ela nos é, de algum modo, acessível, como definem os *realistas empíricos* (Cf. HENRIQUES, 2019a), seja porque, como único parâmetro de verdade, a objetividade “pura” deve permanecer pelo menos como meta: quanto mais perto dessa referência estivermos, melhor, como afirmam os *intersubjetivistas* (Cf. HENRIQUES, 2018).

O risco de se acreditar que os fatos já estão estabelecidos e que toda a ação do sujeito deve estar pautada em um posicionamento contemplativo é que, ao negar a inevitável interpretação subjetiva dos fenômenos, o jornalista pode justamente ficar refém das percepções e significações hegemônicas da realidade, determinando-as como as únicas possíveis, isto é, como verdades inquestionáveis. Na avaliação de Genro Filho, isso acontece porque a crença nessa natureza primeira, como régua que define o que é o real e a verdade, pode acabar naturalizando e cristalizando os mesmos modos “de sempre” de se recortar e determinar a realidade. Dessa forma, novos aspectos, dimensões e perspectivas alternativas e recortes diferenciados do fluxo objetivo deixariam de ser realiza-

dos, visto que o jornalista pode nem mesmo se dar conta desses outros nexos e possibilidades. É que a própria apreensão pode ficar viciada quando a meta do sujeito do conhecimento é não sujar a realidade de subjetividade e, em vez disso, procurar as supostas essências perenes e isoladas de cada fenômeno. Para o autor, no paradigma da objetividade:

A realidade transforma-se num agregado de fenômenos destituídos de nexos históricos e dialéticos. A totalidade torna-se mera soma das partes; as relações sociais, uma relação arbitrária entre atitudes individuais. O mundo é concebido como algo essencialmente imutável e a sociedade burguesa como algo natural e eterno, cujas disfunções devem ser detectadas pela imprensa e corrigidas pelas autoridades (GENRO FILHO, 2012, p. 162).

Genro Filho quer indicar que a subjetividade não somente é inevitável, como também é desejável em qualquer que seja o processo de conhecimento. Não é preciso lamentar a impossibilidade de apreensão dos fatos por eles mesmos, nem é necessário se contentar penosamente com uma objetividade possível, por aproximação, porque os fatos, apesar de ancorados no fluxo objetivo, não possuem significado prévio, e é justamente a força e poder da subjetividade que podem recortar e estabelecer conexões e significar os fenômenos, inclusive, de modo menos automático e mais crítico.

Ao contrário do que parece indicar os *intersubjetivistas*, em Genro Filho, a impossibilidade de apreensão e descrição das ocorrências “sem interferência do jornalista” não deveria ser tratada como um problema epistemológico ou como uma lamentável limitação da natureza humana. Nessa outra visão ontológica, até mesmo os fatos mais simples são sempre carregados de interpretação subjetiva e não há nenhum problema ou denúncia a ser feita quanto a esse modo como jornalismo revela em alguma medida a realidade, ao mesmo tempo em que também recorta e analisa o mundo em que vivemos. Além de atender a elementos objetivos, os jornalistas precisam, necessariamente, selecionar quais ocorrências serão objeto de cobertura jornalística e quais não possuem relevância para a atividade, segundo os critérios e valores da própria instituição.

O jornalismo tem uma maneira própria de perceber e produzir “seus fatos”. Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas (GENRO FILHO, 2012, p. 194).

É nesse sentido que diversos acontecimentos, dados e conexões entre ocorrências do fluxo objetivo não são nem mesmo notados pelos jornalistas. E mesmo aqueles que são classificados como merecedores de atenção e significação por parte do jornalista são determinados a partir de ângulos, aspectos e dimensões escolhidos e hierarquizados pelo jornalista, segundo parâmetros pré-estabelecidos subjetivamente e que respondem a necessidades externas aos próprios fenômenos. Nesse horizonte de compreensão, a realidade pode mesmo ser interpretada de diversos modos a depender da perspectiva que se adota para a percepção, seleção e tratamento do real. Em vez de operação a ser evitada, a interpretação é uma condição necessária para a própria apreensão da realidade. Em outras palavras: um mesmo fenômeno dá margem a uma pluralidade de fatos, de acordo com a régua utilizada para a sua significação.

Essa compreensão ontológico-epistemológica muda completamente o entendimento do que deveria ser a atividade jornalística. Se não há um fato único ao qual se poderia acrescentar uma série de opiniões e interpretações subjetivas, mas justamente um fenômeno indeterminável, significado subjetivamente e elevado à categoria de fato, o paradigma da objetividade precisa ser revisto urgentemente. O jornalista não deveria tentar apreender ou se aproximar o máximo possível de algo cuja determinação não se encontra pronta e, portanto, não é anterior à relação com os sujeitos. Ao contrário, antes de sua percepção, os fenômenos não significam propriamente nada. É o jornalista que determina ao mesmo tempo em que é determinado pela objetividade. Essa outra maneira de se descrever o jornalismo como forma de conhecimento implica também, necessariamente, no abandono da crença e defesa de uma mediação o mais desinteressada possível em que os fatos são claramente separados da análise ou interpretação.

4. Considerações Finais

Depois de apresentar e discutir as compreensões *intersubjetivista* e *dialética*, para o problema da objetividade jornalística, podemos agora investigar como cada um desses posicionamentos ajuda a analisar as escolhas realizadas pelos jornalistas nas duas notícias sobre declarações do presidente Bolsonaro frente à pandemia do novo coronavírus, em 2020.

Vimos que, para o *intersubjetivismo*, ser jornalisticamente objetivo significa se aproximar o máximo dos fatos, independentemente de interpretações. Mesmo que a “realidade em si” seja inalcançável em sua totalidade, seria dever dos jornalistas realizar todos os esforços para que as ocorrências sejam relatadas sem interferências subjetivas. Só que, como o próprio nome desse entendimento quer indicar, o caminho mais adequado para essa forma de aproximação da realidade primária seria o da apresentação e do confronto de diversas subjetividades, na tentativa de se minimizar eventuais erros e omissões e de se chegar o mais próximo possível da real natureza dos acontecimentos.

Sendo assim, nessa resposta para o problema da objetividade, não faz sentido, nem há justificativa plausível para que nenhuma outra declaração tenha sido incluída nas duas notícias sobre as assertivas do presidente da República. Se Bolsonaro afirma que o brasileiro não sofre nenhuma consequência ao mergulhar no esgoto, como forma de minimizar as consequências da maior pandemia dos últimos cem anos, o compromisso do jornalismo deve ser com a realidade factual. Não basta que o presidente tenha dito isso, dessa mesmíssima forma, mas importa também o caráter, o teor e o mérito do que Jair Bolsonaro disse. Com isso, não se quer defender a ideia de que todo o jornalismo, para ser objetivo, deva ser produzido com os mesmos procedimentos das agências de checagem de informação.

O que se quer apontar, a partir do *intersubjetivismo*, é que não é suficiente que seja verdade que o presidente tenha declarado o que se noticiou, da forma como se noticiou. Se o que importa, em se tratando de objetividade, nesse horizonte, são as ocorrências “nelas mesmas”, é flagrante o descompromisso com a essência dos eventos quando se permite que o presidente justifique o funcionamento das casas lotéricas na existência de um vidro blindado entre o cliente e o funcionário do caixa. Mesmo que o jornalista não seja responsável pelo caráter do que as autoridades declaram, os veículos jornalísticos selecionam, ao mesmo tempo em que “autorizam”, tudo aquilo que consideram de interesse jornalístico e, por isso, tornam público. Ser objetivo, dessa forma, seria manter a realidade primária como meta, como utopia que precisa ser incessantemente perseguida. No esforço de aproximação dos fenômenos, independentemente de interpretação, seria incontornável a apresentação e o confronto de visões, de outras subjetividades, sobre a mesma ocorrência.

Mesmo que se baseie em premissas ontológicas e epistemológicas bastante distintas, na prática, a dialética é outra forma de se compreender a objetividade jornalística que não serve de justificativa para a escolha de se noticiar as declarações do presidente, da forma como foram publicadas. Indicamos anteriormente que, nesse horizonte de compreensão, a realidade é o resultado de determinações ao mesmo tempo subjetivas e objetivas. Isso porque o que chamamos de fato é o resultado da percepção social da objetividade; é uma realidade limitada pelo fluxo objetivo, mas que não pode prescindir de uma operação de significação pelos sujeitos.

Com efeito, o sujeito não pode inventar os sentidos de um fenômeno de acordo com a sua vontade, mas precisa sempre interpretar o real com o qual se relaciona. Desse modo, podemos compreender as escolhas jornalísticas sobre as declarações presidenciais do seguinte modo: os jornalistas respeitaram a materialidade do evento, no sentido de que, se Bolsonaro efetivamente disse o que se publicou, a dimensão objetiva do evento foi transcrita com rigor e exatidão.

Por outro lado, os fatos implicam em uma interpretação subjetiva possível para as ocorrências. Sendo assim, se inúmeras subjetividades, principalmente os especialistas e outras autoridades públicas, discordam que o brasileiro é isento de contrair doenças no esgoto, as duas notícias descritas neste artigo descumpriram com o compromisso de indicar outras interpretações sobre o mesmo fenômeno. Se todos os epidemiologistas acreditam que um vírus não é um projétil para ser barrado por vidro blindado, as notícias prestaram um desserviço à busca pela objetividade ao se contentar em descrever, mesmo que entre aspas, as mentiras do presidente. Nesse caso, parece que a denúncia de Genro Filho continua bastante atual: a “ideologia da objetividade” pode estar a serviço de uma forma conservadora ou até mesmo irresponsável de se significar e de se estabelecer as relações entre as ocorrências de interesse público.

Referências

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**. Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GUERRA, J. L. **O percurso interpretativo na produção da notícia**. Verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

GULINO, D. 2020. Bolsonaro diz que coronavírus não passará em lotéricas porque vidro é blindado. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-coronavirus-nao-passara-em-lotericas-porque-vidro-blindado-1-24331311>. Acesso em 27/03/2020.

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HENRIQUES, Rafael Paes. O problema da objetividade jornalística: duas perspectivas. **Griot: Revista de Filosofia**, 17 (1): p. 256-268, 2018.

HENRIQUES, Rafael Paes. Realismo, perspectivismo e a questão da objetividade jornalística. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, 26 (50): p. 335-355, 2019a.

HENRIQUES, Rafael Paes. O conceito de objetividade segundo os jornalistas de Vitória-ES. *In*: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 17º, Goiânia, GO, 2019. **Anais...1**: 1-19, 2019.

MURAKAWA, F. 'O brasileiro pula no esgoto e não acontece nada', diz Bolsonaro sobre coronavírus. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/o-brasileiro-pula-no-esgoto-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus-1-24330995>. Acesso em 27/03/2020.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Série Jornalismo a rigor V.4. Florianópolis: Insular, 2009.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. *In*: N. TRAQUINA (org.), **Jornalismo: questões, e “estórias”**. 2a. ed. Lisboa: Veja, p. 74-90, 1999.